

1. INTRODUÇÃO

A extensão nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é um aspecto crucial para o cumprimento da função social da educação pública, ao conectar os conhecimentos acadêmicos com as necessidades sociais das comunidades onde essas instituições estão localizadas. Essa prática transcende a mera prestação de serviços, assumindo um papel transformador e estratégico, especialmente quando é planejada e executada em conjunto com os instrumentos de gestão institucional. Nos Institutos Federais, a extensão é legalmente reconhecida como uma das finalidades da instituição, conforme estabelecido pelo Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, que orienta o desenvolvimento de programas de extensão e divulgação científica e tecnológica.

Nesse cenário, os Institutos Federais se posicionam como uma política pública educacional comprometida com a transformação e disseminação de conhecimentos, capazes de impactar a vida social e promover uma interação mais direta entre o setor público e a sociedade (Pacheco, 2011). Assim, a extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, deve ser vista como uma ação estratégica direcionada ao desenvolvimento local e regional, contribuindo para o fortalecimento da cultura de paz e justiça social.

A literatura sobre desenvolvimento regional destaca a importância da colaboração entre o Estado, a sociedade civil e as instituições educacionais para promover mudanças estruturais sociais, econômicas e culturais (Boisier, 2001; Oliveira, 2002; Dallabrida, 2017). Boisier (2001) entende o desenvolvimento regional como um processo de transformação em um determinado território, envolvendo não apenas crescimento econômico, mas também o fortalecimento das comunidades e a valorização das potencialidades locais.

Autores como Dallabrida (2017) e Vázquez-Barquero (2009) enfatizam que o desenvolvimento regional depende da capacidade de organização dos atores sociais e da construção coletiva de estratégias adaptadas às realidades locais. No campo da educação, pesquisadores como Piana (2009) e Silva & Bassi (2012) discutem a importância da extensão como uma política pública orientada para a transformação social, especialmente quando vinculada a mecanismos de controle social, como os conselhos regionais de desenvolvimento.

Apesar dos avanços conceituais sobre a extensão universitária e o desenvolvimento regional, ainda há uma escassez de estudos que investiguem de forma empírica e situada como a gestão da extensão tem se articulado aos instrumentos de planejamento institucional e às demandas reais dos territórios. Faltam análises que considerem a extensão não apenas como uma ação pontual, mas como uma estratégia de gestão institucional integrada aos processos participativos e de planejamento regional. Além disso, a compreensão sobre o papel dos conselhos regionais, como os COREDEs, na mediação entre a sociedade e as instituições de ensino, ainda é incipiente na literatura.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão de pesquisa: Como a extensão no Instituto Federal Farroupilha tem sido gerida como uma ação estratégica institucional voltada ao desenvolvimento regional, considerando a articulação entre o planejamento institucional e as demandas do COREDE Vale do Jaguari?

A resposta a essa questão contribui para compreender o papel da extensão na gestão das IES e os desafios enfrentados na construção de práticas mais alinhadas às realidades sociais e econômicas regionais.

O objetivo geral deste artigo é analisar como a gestão da extensão no Instituto Federal Farroupilha tem sido planejada e executada como uma ação estratégica institucional, a partir do alinhamento entre os projetos extensionistas e as demandas do território, especialmente aquelas expressas no COREDE Vale do Jaguari.

O estudo foi desenvolvido no contexto do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), uma instituição multicampi localizada no estado do Rio Grande do Sul, com foco nos campi de Jaguari e São Vicente do Sul. Esses campi estão inseridos no território do COREDE Vale do Jaguari, um espaço de planejamento participativo que abrange nove municípios e visa articular estratégias de desenvolvimento regional por meio do diálogo entre governo, sociedade civil e instituições.

A escolha desse contexto se justifica pela existência de instrumentos de planejamento institucional e regional consolidados – como o PDI do IFFAR e o PED do COREDE – e pela oportunidade de investigar empiricamente a articulação entre políticas educacionais e estratégias territoriais. A atuação do IFFAR nesse território oferece um cenário propício para refletir sobre os desafios e possibilidades da extensão como componente estratégico da gestão pública educacional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da extensão como estratégia de desenvolvimento regional exige a articulação de três eixos teóricos centrais: os conceitos de desenvolvimento (com ênfase no desenvolvimento regional), o papel do Estado e das políticas públicas como indutoras desse processo e a atuação das Instituições Federais de Ensino como agentes do desenvolvimento, com destaque para a extensão universitária.

2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E ENFOQUE REGIONAL

O termo *desenvolvimento*, aplicado às áreas de economia e ciências sociais, extrapola o crescimento econômico, incorporando aspectos sociais, culturais e políticos. Para Boisier (2001), o desenvolvimento regional refere-se a um processo de mudança estrutural localizada, que envolve simultaneamente a região, a comunidade e os indivíduos que nela vivem.

Boisier (2001) define o desenvolvimento regional como um processo de transformação estrutural em um espaço geográfico delimitado, associado ao progresso coletivo da sociedade local e à realização individual de seus membros. A dimensão regional, portanto, abrange três esferas interdependentes: o território (dimensão espacial), a coletividade (dimensão social) e a pessoa (dimensão individual).

Dallabrida (2017) reforça que o fenômeno do desenvolvimento não pode ser generalizado, pois depende da realidade socioeconômica e cultural de cada território. Para esse autor, a capacidade de organização dos atores sociais locais é determinante para o sucesso das estratégias de desenvolvimento, assim como a integração entre comunidade, instituições e setor produtivo.

Complementarmente, Oliveira (2002) argumenta que o desenvolvimento está relacionado à alocação de recursos gerados pelos diferentes setores da economia e seu reflexo sobre a qualidade de vida da população, a partir da melhoria de indicadores sociais. Para esse autor, desenvolvimento é o crescimento transformado em satisfação de necessidades humanas diversas, como saúde, educação, habitação, transporte e lazer.

Já Vázquez-Barquero (2009) defende que as estratégias de desenvolvimento devem ser construídas caso a caso, considerando as especificidades culturais, institucionais e econômicas de cada localidade. Segundo ele, "as capacidades dos habitantes, das empresas e da comunidade local, bem como as prioridades de desenvolvimento, são visualizadas de forma distinta em cada território".

Diante disso, entende-se que o desenvolvimento regional pressupõe uma abordagem integrada e territorializada, com protagonismo dos atores locais e articulação entre políticas públicas e instituições sociais.

2.2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL

O desenvolvimento regional, na perspectiva das políticas públicas, está intrinsecamente ligado à atuação do Estado e à participação da sociedade civil na formulação e execução de estratégias coletivas. O Estado, como estrutura política e jurídica, tem a função de garantir direitos, formular políticas e induzir transformações sociais a partir da escuta e da negociação com diferentes segmentos sociais (Aith, 2006; Silva; Bassi, 2012).

Na Constituição Federal de 1988, a educação é reconhecida como direito social e política pública de Estado, tendo como função "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, art. 205). Isso insere a educação e, por conseguinte, a extensão no centro das estratégias de desenvolvimento social e territorial.

As políticas públicas, segundo Souza (2007), resultam da combinação entre demandas sociais, decisões políticas e capacidade institucional. Elas são processos dinâmicos, que envolvem formulação, implementação e avaliação, e se materializam em planos, programas e ações. Nesse processo, o controle social, entendido como a participação cidadã na gestão pública, é condição para a legitimidade e efetividade das políticas (Bravo; Correia, 2012).

Para Gonçalves (2006), a política pública só é efetiva quando conta com a presença do Estado e com a ação coordenada da sociedade. Aith (2006, p. 234) reforça que "a atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento das políticas públicas conta, cada vez mais, com a participação ativa da sociedade civil organizada", sendo esta fundamental para o estabelecimento do controle social e da corresponsabilidade.

Nesse cenário, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) configuram-se como arenas de articulação política e planejamento participativo regional, reunindo representantes da sociedade civil, setor público e instituições de ensino, com o objetivo de construir estratégias voltadas ao desenvolvimento regional. Eles materializam, na prática, os princípios da governança territorial e da deliberação coletiva.

2.3 A EXTENSÃO COMO DISPOSITIVO ESTRATÉGICO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS

No interior da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a extensão é concebida como instrumento de diálogo entre instituição e sociedade, com vistas à promoção de transformação social e desenvolvimento regional. Os Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892/2008, têm entre suas finalidades "desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica" (BRASIL, 2008, art. 6º, inciso VII), o que lhes atribui

papel estratégico na formulação e execução de políticas públicas educacionais de impacto territorial.

A atuação dos Institutos Federais, marcada por sua estrutura multicampi e por seu compromisso com a verticalização do ensino, coloca-os em posição privilegiada para operar como vetores de desenvolvimento nas regiões onde estão inseridos. Segundo Pacheco (2011), essas instituições devem articular ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável, como estratégia para transformar os contextos locais e regionais.

Nesse sentido, a extensão precisa ser compreendida como uma política institucional orientada pelo planejamento estratégico, com base em diretrizes claras e na escuta ativa das demandas sociais. Como apontam Silva e Bassi (2012), o governo e as instituições públicas têm a obrigação de pensar estrategicamente suas ações, agindo de modo planejado para o bem público.

No caso do Instituto Federal Farroupilha, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014–2018) já apontava diretrizes específicas para a política de extensão, incluindo arranjos produtivos locais, empreendedorismo, empresas juniores, incubadoras sociais e culturais, laboratórios de ensino e outras estratégias de articulação com o território. No entanto, a eficácia dessas diretrizes depende da capacidade da gestão institucional em integrar planejamento, execução e avaliação das ações extensionistas, alinhando-as às reais demandas regionais, como as expressas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. É descritiva porque busca detalhar e compreender os processos relacionados à gestão da extensão no Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), especialmente quanto ao alinhamento com as demandas do COREDE Vale do Jaguari. É também exploratória, ao propor reflexões e diretrizes para o aprimoramento da articulação entre os instrumentos de planejamento institucional e regional.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do problema de pesquisa, que envolve a análise de contextos institucionais, documentos oficiais e práticas de gestão, os quais não se prestam à mensuração numérica, mas à interpretação crítica e contextualizada (Yin, 2016).

O método utilizado foi o estudo de caso, por se tratar de uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real (Yin, 2016). O estudo de caso foi adotado por ser adequado à análise da articulação entre os projetos de extensão e os instrumentos de planejamento institucional e regional no âmbito de duas unidades específicas do IFFAR: os campi Jaguari e São Vicente do Sul.

Esse método permitiu examinar de forma aprofundada os documentos institucionais, as práticas extensionistas e a relação com os atores sociais envolvidos no COREDE Vale do Jaguari, contribuindo para compreender os limites e as potencialidades da gestão da extensão como ação estratégica.

Os principais “atores” analisados na pesquisa são os projetos de extensão desenvolvidos no IFFAR (campi Jaguari e São Vicente do Sul), além dos documentos

institucionais do IFFAR e do COREDE Vale do Jaguari. Não houve envolvimento direto de sujeitos humanos como participantes, mas sim análise das ações institucionais e dos registros oficiais das reuniões do conselho regional.

Nesse sentido, a seleção do corpus se deu por amostragem não probabilística e intencional, considerando todos os projetos de extensão cadastrados nos dois campi entre 2014 e 2017. O critério de escolha foi a relação temporal com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014–2018) do IFFAR e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED 2015–2030) do COREDE.

A principal técnica utilizada foi a análise documental, aplicada a três conjuntos de fontes:

- O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014–2018) do IFFAR;
- O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED 2015–2030) do COREDE Vale do Jaguari;
- Os projetos de extensão dos campi Jaguari e São Vicente do Sul, cadastrados no sistema institucional;
- As atas das reuniões do COREDE Vale do Jaguari, realizadas entre 2014 e 2017.

A coleta dos dados foi realizada de forma documental e institucional, respeitando os trâmites éticos e legais. A autorização para acesso às atas do COREDE e aos projetos foi formalmente concedida, conforme registrado nos apêndices da pesquisa original.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), associada ao modelo de análise de estudos de caso de Yin (2016). A análise seguiu cinco etapas interativas: organização dos dados, leitura flutuante, codificação, categorização e interpretação.

Para fins de sistematização, os dados foram agrupados em três grandes eixos analíticos:

1. Alinhamento entre o PDI do IFFAR e o PED do COREDE;
2. Características e tipologia dos projetos de extensão executados;
3. Relação entre as demandas sociais do território e os projetos institucionalizados.

A categorização permitiu identificar padrões, lacunas e convergências entre as ações da extensão institucional e os planos de desenvolvimento regional, gerando subsídios para as proposições apresentadas.

Como se trata de uma pesquisa documental e não houve aplicação de instrumentos estruturados com sujeitos humanos (como questionários ou entrevistas), não foi necessário realizar pré-teste ou validação estatística de instrumentos.

Entretanto, a confiabilidade do estudo foi assegurada por meio da triangulação de fontes de dados, conforme recomendado por Yin (2016), e da utilização de documentos institucionais oficiais, validados internamente pelas instituições envolvidas (IFFAR e COREDE). Além disso, os critérios de validade de conteúdo foram respeitados pela análise

cruzada entre diferentes fontes de dados e pela utilização de categorias teóricas previamente definidas no referencial teórico.

4. RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS NORTEADORES

Este estudo analisou o alinhamento entre o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR (2014-2018) e o Plano Estratégico do COREDE Vale do Jaguarí (2015-2030) para identificar ações de extensão voltadas ao desenvolvimento regional. Utilizou-se o primeiro método de Yin (2016) na fase de compilação, com posterior decomposição e recomposição dos dados em quadros analíticos, permitindo identificar convergências e lacunas entre os documentos institucionais.

4.1.1 CONHECENDO O IFFAR E SEU PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2014-2018

O instituto Federal Farroupilha (IFFAR) integra a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e atua em 28 municípios do Rio Grande do Sul. Este estudo analisou especificamente os *Campi* Jaguarí e São Vicente do Sul, ambos localizados na região do COREDE Vale do Jaguarí. O *Campus* São Vicente do Sul possui uma trajetória histórica que iniciou em 1954 como Escola de Iniciação Agrícola, passando por diversas transformações institucionais até integrar o IFFAR em 2008, atualmente conta com 2.59 matrículas distribuídas em 19 cursos. O *Campus* Jaguarí, por sua vez, foi criado em 2009 como Núcleo Avançado, elevado à categoria de Campus em 2011, e possui 565 matrículas em 14 cursos, diferenciando-se pela utilização da pedagogia da alternância como metodologia educacional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional vigente no período 2014-2018 está estruturado em dez capítulos que abrangem desde o perfil institucional até a avaliação do desenvolvimento institucional, passando por planejamentos estratégicos, projeto pedagógico, políticas de atendimento discente, infraestrutura, gestão de pessoal, organização administrativa, sustentabilidade financeira e tecnologia da informação. A missão institucional estabelece com propósito “promover a educação profissional, científica e tecnológica com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”.

A Política de Extensão do IFFAR está organizada para solucionar problemas locais e regionais através de projetos, programas e ações que promovam o diálogo com a sociedade. Para isso, foram estabelecidos nove objetivos de impacto externo que incluem constituir a extensão como sistema aberto à sociedade, realizar diagnósticos das demandas regionais, participar de projetos de desenvolvimento regional sustentável, propiciar acesso da sociedade à instituição, valorizar parcerias interinstitucionais, fortalecer o empreendedorismo, promover valorização sociocultural, integrar atividades de ensino-pesquisa-extensão e disponibilizar resultados acadêmicos à comunidade. As ações extensionistas seguem as dimensões operativas padronizadas pelo FORPROEXT, garantindo uniformidade conceitual na Rede Federal EPT e demonstrando o compromisso institucional com o desenvolvimento regional.

Quadro 2 - Dimensões Operativas da Política de Extensão do IFFAR

Dimensão Operativa	Ações desenvolvidas
a) Desenvolvimento Tecnológico	Projetos aplicados no desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos, processos e prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo.
b) Projetos Sociais	Projetos que representam soluções para inclusão social, relações étnico- raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida, a partir da interação com a população,
c) Estágio e Emprego	Atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa destes.
d) Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada – FIC ou Qualificação Profissional	Cursos de oferta não regular, oferecidos na modalidade presencial ou a distância, planejado para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento, à atualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos.
e) Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos	Eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.
f) Visitas Técnicas	Atividade educacional supervisionada que visa promover a interação entre os estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
g) Empreendedorismo e Associativismo	Programas institucionais voltados para a difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo.
h) Acompanhamento de egressos	Ações realizadas com o objetivo de acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
i) Projetos Ambientais	Projetos voltados para o desenvolvimento, o fomento e a difusão de conhecimentos que visam à preservação ambiental e às práticas sustentáveis.

Fonte: PDI IFFAR 2014-2018, adaptado pelos autores, 2019.

As dimensões operativas padronizam terminologias na Rede Federal EPT e evidenciam propósito institucional, definindo as dimensões de atuação e ações de desenvolvimento. O PDI estabelece estratégias para a Política de Extensão focadas no desenvolvimento local e regional, organizadas em estratégias e diretrizes correspondentes. Esta organização segue o mesmo padrão estrutural de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguarí, facilitando a análise comparativa entre os documentos institucionais.

Quadro 3 - Estratégias e Diretrizes da Política de Extensão do IFFAR.

ESTRATÉGIA	DIRETRIZ
[PDI-E1] Arranjos produtivos, sociais e culturais	<p>[PDI-E1-D1] Desenvolver parcerias e participar da gestão de observatórios, centros vocacionais, núcleos de governanças locais, regionais e estaduais, que promovam a indução de arranjos produtivos, sociais e culturais;</p> <p>[PDI-E1-D2] Contribuir na indução de arranjos produtivos, sociais e culturais a partir dos ativos de competências dos Câmpus do IF Farroupilha.</p>
[PDI-E2] Empreendedorismo	<p>[PDI-E2-D1] Desenvolver ecossistemas empreendedores voltados ao associativismo e ao cooperativismo;</p> <p>[PDI-E2-D2] Provocar as agências de fomento e os gestores institucionais a destinar recursos para o desenvolvimento da política institucional de apoio ao empreendedorismo</p> <p>[PDI-E2-D3] Integrar os programas e os espaços destinados ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo com os programas de incubação de empreendimentos de base tecnológica.</p>
[PDI-E3] Empresas juniores e Incubadoras sociais	<p>[PDI-E3-D1] Estruturar o apoio institucional às iniciativas estudantis voltadas ao associativismo e à organização e funcionamento de empresas juniores;</p> <p>[PDI-E3-D2] Estender a metodologia do Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM) a outros programas com públicos em situação de vulnerabilidade social;</p> <p>[PDI-E3-D3] Complementar a finalidade do PNMM com a inclusão de incubadora social na sua etapa final;</p> <p>[PDI-E3-D4] Implantar incubadoras sociais, tais como Incubadoras Tecnológicas Territoriais, levando em consideração as potencialidades e peculiaridades locais e regionais, com foco na sustentabilidade.</p>
[PDI-E4] Incubadoras culturais	[PDI-E4-D1] Apoiar o desenvolvimento dos produtos culturais derivados dos ativos tangíveis e intangíveis das comunidades locais e regionais, tais como: tradição, folclore, artesanato, gastronomia, patrimônio histórico e arquitetônico, artes, além dos produtos provenientes diretamente da criatividade.
[PDI-E5] Esportes e Jogos Olímpicos e Paralímpicos	<p>[PDI-E5-D1] Apoiar o desenvolvimento de atividades esportivas de lazer e saúde, bem como de desempenho competitivo nas comunidades locais e regionais;</p> <p>[PDI-E5-D2] Apoiar os empreendimentos esportivos</p>

<p>[PDI-E6] Desenvolvimento de equipes gestoras de programas</p>	<p>[PDI-E6-D1] Disponibilizar recursos humanos necessários à estruturação dos núcleos de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubação;</p> <p>[PDI-E6-D2] Capacitar as equipes das instituições para a gestão de programas de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubadoras;</p> <p>[PDI-E6-D3] Apoiar as equipes multidisciplinares que dão suporte ao desenvolvimento de atividades de incubação, do P.N. Mulheres Mil e dos programas de incubação social e cultural;</p> <p>[PDI-E6-D4] Apoiar a atuação dos servidores que se dedicam às atividades de educação física, de organização de eventos, de treinamento e de suporte a empreendedores esportivos.</p>
--	---

ESTRATÉGIA	DIRETRIZ
<p>[PDI-E7] Infraestrutura para os programas</p>	<p>[PDI-E7-D1] Disponibilizar espaços, mobiliários e equipamentos específicos para as atividades de gestão e apoio aos programas de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubadoras;</p> <p>[PDI-E7-D2] Estruturar espaços físicos próprios e infraestrutura mínima para o funcionamento das empresas juniores nos Câmpus;</p> <p>[PDI-E7-D3] Estruturar nos Câmpus, infraestrutura multidisciplinar de gestão de programas, incluindo um escritório de acesso e acolhimento às pessoas das comunidades atendidas;</p> <p>[PDI-E7-D4] Priorizar a ação de incubação social em espaços e infraestruturas constituídos junto às comunidades atendidas;</p> <p>[PDI-E7-D5] Desenvolver a ação de incubação cultural em espaços multiculturais e infraestruturas multiuso próprias dos Câmpus e em ambientes constituídos junto às comunidades atendidas;</p> <p>[PDI-E7-D6] Implantar e estruturar espaços nos Câmpus, inclusive laboratórios e ambientes para a gestão de programas de empreendedorismo;</p> <p>[PDI-E7-D7] Prover os Câmpus com equipamentos adequados às práticas esportivas de saúde e lazer, bem como as atividades de competição e empreendedorismo;</p>
<p>[PDI-E8] Laboratórios de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEPS</p>	<p>[PDI-E8-D1] Retomar o espaço dos LEPEPS como ambiente simulador do mundo do trabalho e do exercício da prática profissional, bem como da resolução de problemas do mundo produtivo, de forma geral.</p>

Fonte: PDI IFFAR 2014-2018, adaptado pelos autores, 2019.

As dimensões operativas padronizam terminologias na Rede Federal EPT e definem as ações de desenvolvimento institucional. O PDI estabelece estratégias de extensão voltadas ao desenvolvimento local e regional, organizadas em estratégias e diretrizes que seguem o mesmo padrão estrutural do Plano do COREDE Vale do Jaguari, facilitando a análise comparativa.

4.1.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PDI DO IFFAR E DO PED DO COREDE VALE DO JAGUARI

A análise comparativa entre o PDI do IFFAR e o PED do COREDE Vale do Jaguari revelou convergências significativas em quatro das cinco dimensões do plano regional. Na dimensão ambiental, ambos os documentos demonstram preocupação com o desenvolvimento sustentável, sendo que o IFFAR propõe a implantação de incubadoras sociais com foco na sustentabilidade e nas peculiaridades regionais, enquanto o COREDE direciona suas estratégias para a preservação de recursos naturais, uso adequado de agrotóxicos e incentivo às energias renováveis. Esta convergência evidencia o potencial de atuação conjunta, especialmente considerando a vocação do Campus Jaguari na formação em energias renováveis.

Na dimensão econômica apresenta a maior similaridade entre os documentos, com ambos apostando no empreendedorismo como ferramenta fundamental de desenvolvimento. O IFFAR estabelece objetivos estratégicos para fortalecer o empreendedorismo através de competitividade econômica regional por meio de inovação, agregação de valor e diversificação produtiva. Por fim, na dimensão institucional, o IFFAR valoriza projetos interinstitucionais de governança regional e formação de lideranças locais, esta convergência sinaliza o potencial para estabelecimento de governança territorial colaborativa, sendo que a análise da Carteira de Projetos do COREDE confirma participação efetiva do IFFAR como equipe, órgão público ou parceiro em diversos projetos estratégicos regionais.

Quadro 5 - Participação do IFFAR na Carteira de Projetos do COREDE Vale do Jaguari

DIMENSÃO	PROJETO	NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DO IFFAR
AMBIENTAL	P.A.4 - Uso e manejo de agrotóxicos	Organização Parceira
ECONÔMICA	P.E.4 - Sistema de atenção à sanidade agropecuária	Organização Parceira
	P.E.5 - Produção de frutas e olerícolas em ambiente protegido e irrigado	Equipe do Projeto
	P.E.6 - Interação Universidade-Empresa para desenvolvimento tecnológico	Equipe do Projeto
INSTITUCIONAL	P.I.1 - Estruturar a governança regional	Equipe do Projeto

Fonte: elaborado pelos autores, 2019.

A análise identificou convergências entre o PDI do IFFAR e o PED do COREDE Vale do Jaguari, mas também revelou lacunas significativas. Das 27 propostas na Carteira do Projeto do COREDE, o IFFAR participa de apenas cinco, embora os eixos tecnológicos dos Campus Jaguari e São Vicente do Sul e as estratégias de extensão permitam atuação em todas as dimensões de desenvolvimento.

O PDI representa o planejamento macro institucional do IFFAR, que atua em oito regiões COREDE através de 12 unidades, o que pode explicar a ausência de peculiaridades regionais específicas no documento. Contudo, é fundamental que os campi participem ativamente na construção e execução de políticas públicas regionais, uma vez que o desenvolvimento regional é objetivo institucional dos Institutos Federais.

Os gestores do IFFAR, especialmente de extensão e pesquisa, devem atuar como articuladores sociais para consolidar as estratégias institucionais de integração com a sociedade e contribuir com o desenvolvimento regional. Ambas as instituições são importantes para o Vale do Jaguari, oportunizando participação cidadã na construção de estratégias de desenvolvimento local através do COREDE e formando agentes participativos através do ensino, pesquisa e extensão do IFFAR.

Entretanto, apesar de ter observado a consonância entre os dois documentos institucionais – PDI do IFFAR e o PED do COREDE Vale do Jaguari – em grande parte das dimensões, pouco se notou a interação dessas instituições na construção de suas ações, como foi visto em relação à inserção do IFFAR na carteira de projetos do COREDE Vale do Jaguari. Dando sequência à análise, será visto nas próximas seções como os projetos de extensão executados pelo IFFAR, dos campi Jaguari e São Vicente do Sul, foram constituídos e se os mesmos contemplaram as estratégias institucionais previstas na Política de Extensão do IFFAR, assim como foi analisado e a quais demandas sociais, advindas do COREDE Vale do Jaguari, esses projetos atenderam.

5. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar como a gestão da extensão no Instituto Federal Farroupilha tem sido planejada e executada como ação estratégica institucional, considerando a articulação entre os projetos extensionistas e as demandas expressas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari. Partiu-se da seguinte questão de pesquisa: de que forma a extensão no Instituto Federal Farroupilha tem sido gerida como uma ação estratégica institucional voltada ao desenvolvimento regional, considerando a articulação entre o planejamento institucional e as demandas do COREDE Vale do Jaguari?

A análise evidenciou que o Instituto Federal Farroupilha reconhece, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014–2018), a importância da extensão como instrumento de articulação com a sociedade e como componente estratégico para o desenvolvimento regional. No entanto, observou-se um distanciamento entre os projetos de extensão efetivamente executados nos campi Jaguari e São Vicente do Sul e as diretrizes estabelecidas tanto pelo PDI quanto pelo PED do COREDE.

Embora parte dos projetos extensionistas dialogue com temas prioritários para a região, como agricultura familiar, educação básica e qualificação profissional, a maioria das ações parte de iniciativas internas, com baixa interlocução com as instâncias participativas do

território, especialmente o COREDE. Isso revela uma lacuna entre o planejamento institucional e a escuta ativa das demandas sociais, comprometendo o potencial transformador da extensão.

Também se constatou a fragilidade da participação dos Institutos Federais nos espaços de deliberação regional, o que reduz sua influência no processo de formulação de políticas públicas de base territorial. Tal situação evidencia a necessidade de institucionalizar mecanismos de escuta e de articulação mais efetivos entre as IES e os conselhos regionais.

A pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre a extensão como instrumento de gestão estratégica nas Instituições Federais de Ensino. Ao articular análise documental e enfoque territorial, o estudo oferece subsídios para gestores e formuladores de políticas aprimorarem a integração entre planejamento institucional, ações extensionistas e estratégias de desenvolvimento regional.

Do ponto de vista teórico, o trabalho reforça a importância da extensão universitária não apenas como uma atividade complementar, mas como um campo político e pedagógico que deve estar inserido na lógica da gestão pública educacional e do desenvolvimento sustentável dos territórios.

Uma limitação deste estudo reside no recorte temporal e territorial, restrito ao período de 2014 a 2017 e aos campi Jaguari e São Vicente do Sul. Pesquisas futuras podem ampliar a análise para outros campi do IFFAR ou para diferentes Institutos Federais, possibilitando comparações interinstitucionais e o aprofundamento das relações entre extensão, planejamento e território.

Além disso, sugere-se a realização de estudos que incorporem a perspectiva dos sujeitos envolvidos, como professores extensionistas, gestores, estudantes e representantes dos COREDEs, por meio de entrevistas, grupos focais e outros métodos qualitativos, para enriquecer a análise sobre os sentidos, impactos e desafios da gestão da extensão nas IES brasileiras.

REFERÊNCIAS

AITH, F. M. A. O Estado, o mercado e a organização social na construção dos direitos sociais. In: SILVA, M. L. C.; BASSI, L. A. (Orgs.). *Direitos sociais: realidade brasileira e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 221-246.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOISIER, S. *Território e desenvolvimento: uma visão de América Latina*. 2. ed. Brasília: Editora da CEPAL, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. C. C. O controle social e os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil: avanços e desafios. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 157-184, jan./mar. 2012.

DALLABRIDA, V. R. *Desenvolvimento regional: uma abordagem conceitual e sua relação com a extensão universitária*. Chapecó: Argos, 2017.

GONÇALVES, R. S. Planejamento estratégico governamental: proposta de uma metodologia para a avaliação das políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 57, n. 4, p. 353-375, out./dez. 2006.

OLIVEIRA, J. A. P. *Desenvolvimento e governança local: o papel das políticas públicas municipais*. São Paulo: Cortez, 2002.

PACHECO, E. M. A. *Educação profissional e tecnológica: os Institutos Federais e os desafios da formação humana integral*. Brasília: CONIF, 2011.

PIANA, J. A. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as políticas públicas de educação: um estudo sobre a participação das IFES nas políticas públicas educacionais de desenvolvimento regional. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

SILVA, M. L. C.; BASSI, L. A. Políticas públicas: uma abordagem conceitual. In: SILVA, M. L. C.; BASSI, L. A. (Orgs.). *Direitos sociais: realidade brasileira e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 15-42.

SOUZA, C. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 20-45, jan./jun. 2007.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. *Desenvolvimento, redes e capital social: novas leituras sobre o desenvolvimento local*. São Paulo: Cortez, 2009.

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa: do início ao relatório de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2016.